



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680130 - SP (2021/0219115-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MOACIR CAMILO DE ALMEIDA
ADVOGADO : MOACIR CAMILO DE ALMEIDA - SP309875
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JUNE DE SOUSA NARDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JUNE DE SOUSA NARDES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* Criminal n. 2148841-68.2021.8.26.0000).

A paciente foi presa preventivamente, pela suposta prática do delito previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que a paciente é usuária de drogas e que a pequena quantidade apreendida na residência era destinada para consumo próprio da paciente. Afirma que estão ausentes os requisitos para manutenção da custódia cautelar, especialmente a ordem pública. Defende ainda a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei n. 11.343/2006.

Requer, liminarmente, a colocação da paciente em liberdade. No mérito, pugna pela concessão da ordem para a ratificação da liminar, a revogação da preventiva e a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, como a tornozeleira eletrônica.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto o Tribunal de origem assim consignou (fls. 183-184):

No caso dos autos a r. decisão fundamentou a necessidade da prisão mencionando a quantidade de entorpecente apreendido, o fato de também ter sido apreendido armamento, os indícios dando cota da habitualidade na dedicação da paciente às atividades criminosas e o fato de ela já ostentar uma condenação definitiva.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente